

## ESTUDO DOS PILARES DE ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE – NO CONTEXTO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

**Juliana Finageiv Neder**

[nederjuliana@gmail.com](mailto:nederjuliana@gmail.com)  
Universidade de Brasília - UNB,  
Brasília, DF, Brasil.

**Annibal Affonso Neto**

[annibal@terra.com.br](mailto:annibal@terra.com.br)  
Universidade de Brasília - UNB,  
Brasília, DF, Brasil.

**Roberth Andrés Villazón  
Montalván**

[avillazonmontalvan@gmail.com](mailto:avillazonmontalvan@gmail.com)  
Universidade de Brasília - UNB,  
Brasília, DF, Brasil.

**Paulo Celso dos Reis Gomes**

[pcrgomes@unb.br](mailto:pcrgomes@unb.br)  
Universidade de Brasília - UNB,  
Brasília, DF, Brasil.

### RESUMO

Nos últimos anos, o termo ESG tem ganhado especial atenção devido a uma conscientização crescente em relação às responsabilidades sociais, ambientais e de governança corporativa das empresas. O presente estudo buscou identificar a adoção de práticas relativas aos três pilares do ESG, bem como avaliar o grau de aderência das empresas brasileiras a partir da percepção de profissionais que nelas atuam. Utilizou-se a pesquisa descritiva como instrumento de coleta de dados do tipo questionário. Os dados foram tratados com a utilização da estatística descritiva. O estudo procurou contemplar empresas de diversos portes e setores de atuação, e não apenas as empresas listadas na bolsa de valores, para contribuir com estudos acadêmicos relacionados ao entendimento da maturidade das empresas brasileiras em relação às práticas ESG. Ao final do estudo foi possível observar que as empresas brasileiras participantes apresentaram mais práticas e maturidade em relação ao pilar de governança, seguido do pilar social e, por último, do pilar ambiental.

**Palavras-chave:** ESG; ASG; Gestão da sustentabilidade; Governança corporativa; Sustentabilidade.

## INTRODUÇÃO

Geralmente, o principal objetivo de uma empresa é maximizar o retorno aos acionistas. Sendo assim, durante muitos anos, as responsabilidades ambiental, social e de governança (ESG) foram negligenciadas pela maioria das empresas que focavam sobretudo na maximização dos lucros, por não acreditarem que os pilares ESG agregariam valor aos resultados financeiros.

Todavia, nas últimas décadas, a conscientização crescente sobre as mudanças climáticas e os problemas ambientais influenciaram a sociedade, que passou a cobrar de governos e empresas a incorporação da sustentabilidade nas suas decisões regulatórias e estratégias (Billio *et al.*, 2020). Simultaneamente, as questões sociais e de governança também se tornaram mais prementes em decorrência da crise financeira global que afetou a imagem de muitas grandes empresas. Ademais, diversos estudos revelaram que as questões ambientais, sociais e de governança impactam positivamente o resultado financeiro das empresas (Fatemi, Glaum e Kaiser, 2018; Yoon *et al.*, 2018; Zhao *et al.*, 2018.). Dessa forma, investidores e fundos de investimento passaram a olhar com mais atenção para a sustentabilidade ao tomar decisões de investimento.

Embora o investimento socialmente responsável (SRI) exista desde muito antes de se falar em ESG, apenas recentemente ele experimentou um aumento considerável de interesse e se tornou uma preocupação geral, em vez de um investimento de nicho (Billio *et al.*, 2020). Consequentemente, um número crescente de fundos foi criado para empresas que possuíam boas práticas de ESG. Segundo um estudo feito pela Morningstar (apud Pacto Global, 2021), a pedido da Capital Reset, no Brasil, fundos ESG captaram R\$ 2,5 bilhões em 2020, sendo que mais da metade da captação veio de fundos criados nos últimos doze meses.

Atualmente, não existe um órgão regulador oficial para avaliar se a empresa possui ou não práticas ESG. Bolsas de valores, como a B3, e agências, como MSCI, Bloomberg e FTSE, utilizam diferentes metodologias para divulgar seus dados classificando empresas como ESG. Entretanto, essas agências utilizam diferentes critérios para avaliar tais práticas. Esses critérios não são unanimidade, não existindo uma lista de práticas claras a serem cumpridas para conquistar um *score* suficiente e serem reconhecidas como empresas sustentáveis ou para compor fundos ESG. Inclusive, a divergência entre as metodologias pode gerar diferentes resultados (Li e Polychronopoulos, 2020). Ademais, com a crescente demanda pela elaboração de relatórios ESG, diversas empresas começaram a utilizar, além dos métodos convencionais de fazer tais divulgações sobre suas práticas sustentáveis – como os relatórios do Global Reporting Initiative (GRI) –, mais métodos não tradicionais, incluindo sites e

mídias sociais para relatar suas práticas de responsabilidade socioambiental. Diante dessa diversidade de relatórios e informações, constata-se que não existem muitos estudos trazendo uma visão geral e o contexto das empresas brasileiras dentro desses três pilares. Sendo assim, o presente estudo buscou identificar as melhores práticas de sustentabilidade no que diz respeito aos três pilares do ESG e avaliar o grau de aderência das empresas brasileiras a partir da percepção de profissionais que nelas atuam.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Desenvolvimento sustentável e a importância para as empresas

A partir da década de 1960, diversos movimentos e estudos começaram a surgir alertando sobre os riscos ambientais provenientes do acelerado crescimento econômico da época. Desde então, esses riscos têm sido investigados de forma a movimentar uma série de discussões internacionais sobre o equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia (Geissdoerfer *et al.*, 2017). Apesar disso, o termo “desenvolvimento sustentável” só foi discutido pela primeira vez em 1980, no documento da Estratégia Mundial para a Conservação elaborado pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Esse documento foi extremamente importante, uma vez que nele foi enfatizada a ideia de que ao invés de conservação e desenvolvimento serem atividades mutuamente exclusivas, como geralmente se argumentava até então, elas são interdependentes (Harding, 2006). O documento focava questões de integridade ambiental, expressando a importância dos pilares social, ambiental e econômico para o alcance de um crescimento mais sustentável da economia e da sociedade por intermédio da conservação dos recursos vivos. Apesar de ter sido a primeira vez que se falava de um desenvolvimento econômico levando em conta a sustentabilidade, o termo “desenvolvimento sustentável” só foi de fato definido alguns anos depois.

Foi apenas em 1988 que se publicou no documento “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WCED), também conhecido como Relatório Brundtland, uma das definições mais utilizadas e difundidas sobre desenvolvimento sustentável que conceitua o termo como (Gray e Milne, 2002):

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas

(Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 49).

Essa definição deixa claro que um dos princípios básicos da sustentabilidade é a necessidade da visão de longo prazo. Dessa forma, apontam que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Sendo assim, o foco passa a ser as consequências das ações humanas hoje para as gerações futuras.

Desde então, o termo desenvolvimento sustentável ganhou diversos conceitos. Vários autores comentam inclusive da dificuldade na formulação de uma definição única e consensual do que vem a ser desenvolvimento sustentável, havendo apenas a concordância sobre a necessidade de reduzir a poluição ambiental, eliminar os desperdícios e diminuir o índice de pobreza mundial (Baroni, 1992). Apesar das diferentes definições, a disseminação desse conceito levou as instituições a refletirem sobre o direcionamento de seus investimentos e os impactos sociais e ambientais gerados (Brüseke, 1998). Ademais, a inserção desse conceito nas organizações recebeu especial atenção quando John Elkington (1998) trouxe o termo *Triple Bottom Line* (TBL) (Orsiolli e Nobre, 2016), ou tripé da sustentabilidade, direcionando as empresas a uma relação consistente com os três pilares: econômico, ambiental e social, e não apenas um pilar de foco em lucratividade (econômico) (Elkington, 1998). Conforme Elkington (1998) e Da Rocha *et al.* (2015), as três dimensões das empresas precisam estar conectadas de forma que, no aspecto econômico, haja a necessidade da preservação da lucratividade da empresa, no aspecto social deve-se considerar as partes interessadas e encontrar um equilíbrio entre as organizações e os stakeholders, enquanto no aspecto ambiental deve-se utilizar os recursos naturais desde que não prejudique as próximas gerações. Essa visão contribuiu ainda mais para a ampla difusão do termo e seus entendimentos mais contemporâneos (Geissdoerfer *et al.*, 2017).

Com toda a disseminação do conceito e de estudos sobre a importância de uma melhor equação entre o homem e o planeta, a sustentabilidade foi fortemente institucionalizada nas agendas dos formuladores de políticas e, consequentemente, houve um fenômeno global influenciando as empresas a adotarem práticas sustentáveis.

Especificamente, quando o conceito de desenvolvimento sustentável é aplicado às empresas, é denominado responsabilidade social corporativa (RSC) e implica a incorporação dos objetivos de igualdade social, eficiência econômica e desempenho ambiental às suas práticas operacionais (Labuschagne *et al.*, 2005).

Organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o programa Pacto Global, incentivaram as empresas a adotar códigos de conduta e princípios relacionados à preservação do ambiente, à melhoria das condições de trabalho e ao respeito aos direitos humanos (Garcia e Orsato, 2020). Em 2015, por exemplo, a ONU lançou a Agenda 2030, na qual os países membros se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos 15 anos seguintes e que, apesar de ser uma iniciativa mais global, traz uma grande responsabilidade direta às empresas.

Além das exigências globais por mais medidas sustentáveis, a consciência pública sobre o papel das empresas na sociedade, assim como o interesse por questões sociais, ambientais e éticas, também cresceu consideravelmente (Reverte, 2009). Mudanças climáticas, esgotamento de recursos naturais, más condições de trabalho e escândalos corporativos têm “aumentado as expectativas da sociedade em relação às responsabilidades ambientais, sociais e éticas das empresas” (Money e Schepers, 2007, p. 2). Isso levou a uma ênfase crescente em suas responsabilidades sociais corporativas.

Apesar da preocupação com o ambiente estar presente na literatura e nas discussões das empresas nas últimas décadas, apenas nos últimos anos elas têm dado uma especial atenção a este pilar com a popularização do termo “ESG”.

### **Environmental, Social and Governance, ESG**

ESG é a sigla em inglês para “ambiental, social e governança (corporativa)”, e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Alguns autores defendem que o termo ESG é a evolução da ideia e do conceito do Triple Bottom Line (TBL) de Elkington (Costa e Ferezin, 2021). Costa e Ferezin (2021) explicam que o conceito de ESG substituiu o fator econômico pelo termo governança corporativa, pois amplia a visão, e não somente engloba o resultado comercial, mas também a transparência nesta divulgação, os comitês de auditoria, a conduta corporativa e o combate à corrupção. Outros autores (Cucari *et al.*, 2018) argumentam que, pelo fato de as práticas ESG cobrirem uma variedade de questões relacionadas ao meio ambiente, às responsabilidades sociais e à governança corporativa, elas surgiram como parte das responsabilidades sociais corporativas.

O termo foi oficializado em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada Who Cares Wins, que foi resultado de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). A conferência Who

Cares Wins reuniu pela primeira vez investidores institucionais, gestores de ativos, consultores globais e órgãos governamentais e reguladores para examinar o papel das práticas de valor ambiental, social e de governança (ESG) nos ativos de gestão e nas pesquisas financeiras. Segundo o relatório da Conferência, houve um grau notável de concordância entre os participantes de que os fatores ESG desempenham um papel importante no contexto de investimento de longo prazo.

Desde então, a sigla tem ganhado destaque, sobretudo nos últimos anos, a partir do momento em que a sociedade começa a valorizar e se preocupar em como as organizações respeitam o mundo ao seu redor. De 2011 a 2019, a porcentagem das maiores empresas dos Estados Unidos que publicaram relatórios de sustentabilidade como resultado de práticas ESG aumentou de 20% para 90% (S&P Global, 2021a).

Segundo relatório publicado em julho de 2021 da PWC, 77% dos investidores institucionais disseram que planejam parar de comprar produtos não ESG a partir do próximo ano (PWC Global, 2021b). Uma pesquisa comandada pela Verizon Media (apud Pacto Global, 2021), consultoria especializada em conteúdo, publicidade e tecnologia, também revelou que o meio ambiente, questões políticas e pautas sociais são os três temas de maior relevância para a Geração Z.

Nesse mesmo contexto, investidores e fundos de investimento também passaram a olhar com mais cautela para esses critérios na hora de decidir onde investir. Além disso, um número crescente de estudos e evidências relatam o impacto positivo dessas práticas no resultado financeiro das empresas (Fatemi, Glaum e Kaiser, 2018; Yoon *et al.*, 2018; Zhao *et al.*, 2018). Solomon (2006) aponta que investidores e analistas institucionais, anteriormente desinteressados na divulgação ambiental, agora voltaram a atenção a essas informações, criando uma demanda crescente por relatórios de sustentabilidade. Inclusive, a literatura mostra que estes tipos de *stakeholders* agora explicam a divulgação não financeira das empresas em seus processos de decisão sobre qual empresa investir (Berthelot, Cormier e Magnan, 2003; Gupta e Golar, 2005; Moneva e Cuellar, 2009). Por consequência, as empresas interessadas em ter acesso a mais recursos financeiros começaram também a se mobilizar para adotar e divulgar essas práticas tanto para os investidores quanto para os seus consumidores. Um estudo da PWC em 2021 (PWC Global, 2021a) mostrou que quase três quartos (74%) dos respondentes disseram que as empresas se preocupam muito mais com o meio ambiente agora do que há dez anos.

A pandemia causada pela covid-19 em 2020 também contribuiu significativamente para o aumento da preocupação com práticas ESG. Um estudo feito pelo Pacto Global Brasil e pela Stilingue (Pacto Global, 2021) mostra que a busca por assuntos relacionados a ESG foi 6 vezes maior em 2020, em comparação a 2019.

Por serem fatores mais subjetivos, não fica claro para as empresas as práticas que devem adotar para serem mais sustentáveis. Além disso, por serem práticas que exigem investimento de capital, as empresas muitas vezes acabam priorizando diferentes práticas (Baldini *et al.*, 2018). Com base nisso, estudos anteriores sugerem que a divulgação de práticas de ESG varia entre países e empresas (Joannou e Serafim, 2012; Reverte, 2009) porque as informações a serem divulgadas e a maneira como ela é apresentada fica a critério de cada empresa. Além disso, dado que a divulgação de ESG é um subconjunto de informações não financeiras, suas práticas não seguem um formato padronizado como no caso de informações financeiras (Elzahar *et al.*, 2015). Apesar de muitas empresas aderirem às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) ao relatar seu desempenho ESG (Vigneau *et al.*, 2015), mais recentemente, além dos métodos convencionais de fazer tais divulgações, as empresas têm usado cada vez mais métodos não tradicionais, incluindo sites e mídias sociais para relatar suas práticas ESG (Eberle *et al.*, 2013).

### ESG nas empresas brasileiras

O estudo realizado por Miralles-Quirós *et al.* (2018) trouxe uma análise do *score* de desempenho ESG das empresas listadas na B3 durante os anos de 2010 a 2015. No total, foram 73 empresas pertencentes a 24 setores de atividade. Na **Tabela 1**, é possível ver o desempenho médio ambiental, social e de governança corporativa de cada setor de negócios durante os anos em estudo. O estudo pontua que os resultados foram retirados da análise da Thomson Reuters Eikon – multinacional especializada em informações financeiras – que fornece uma pontuação anual entre 0 e 100 pontos para cada empresa. Isso permite identificar as empresas com práticas de ESG fortes (50-100 pontos) ou práticas ESG fracas (0-49 pontos).

Existem vários aspectos a serem destacados na **Tabela 1**. Dos três pilares ESG, o social tem a maior pontuação média do grupo de empresas listadas na bolsa de valores brasileira, seguido do pilar ambiental e, por fim, o pilar de governança que, ao contrário dos dois anteriores, é o único que tem uma pontuação geral anual abaixo de 50, indicando que a governança corporativa é um ponto ainda pouco desenvolvido nas empresas brasileiras.

Depreende-se da análise da **Tabela 1** que o desempenho ambiental é superior a 50 pontos para 13 dos 24 setores de negócios considerados, com as telecomunicações móveis, bebidas, produtos químicos, e os setores aeroespacial e de defesa se destacando, junto aos bancos, por terem todos uma classificação de mais de 80 pontos. No estudo, Miralles-Quirós *et al.* (2018) destaca que as empresas com melhor classificação desses setores são a Tim Participações,





Os resultados foram coletados a partir da utilização de questionários estruturados, não-disfarçados, aplicados a executivos de empresas com atuação no Brasil. Para tanto, seguiu-se cinco fases até o alcance do objetivo.

Na Fase I determinou-se o tipo de pesquisa. Optou-se por realizar uma pesquisa descritiva e, como técnica de coleta de dados, foi elaborado um questionário online para ser aplicado a executivos e demais colaboradores de empresas brasileiras.

Na fase II foram definidas as variáveis. Com base no GRI e nas análises feitas pelo ISE B3 para classificar uma empresa como ESG, os pesquisadores fracionaram o constructo sustentabilidade em três dimensões: ambiental, social e governança, selecionando por relevância um total de 51 variáveis relacionadas aos pilares ESG para estruturar o questionário. Das 51 práticas elencadas, 15 estavam relacionadas ao pilar ambiental, 21 ao pilar social e 15 ao pilar de governança corporativa.

A Fase III se caracterizou pelo desenvolvimento dos questionários. O tipo de questionário elaborado pelos pesquisadores foi o estruturado, não disfarçado, de forma que o respondente soubesse qual era o objetivo da pesquisa, sendo o mesmo questionário aplicado a todos os respondentes. O questionário consistiu inicialmente de perguntas para se entender o perfil da empresa respondente. Em seguida, cada uma das boas práticas relacionadas à sustentabilidade, ao âmbito social e à governança da empresa foram listadas para assim os empresários analisarem e responderem em uma escala Likert de 11 pontos. O grau de conformidade/concordância da assertiva com as práticas adotadas na empresa em que atua foi estabelecido entre 0 e 10.

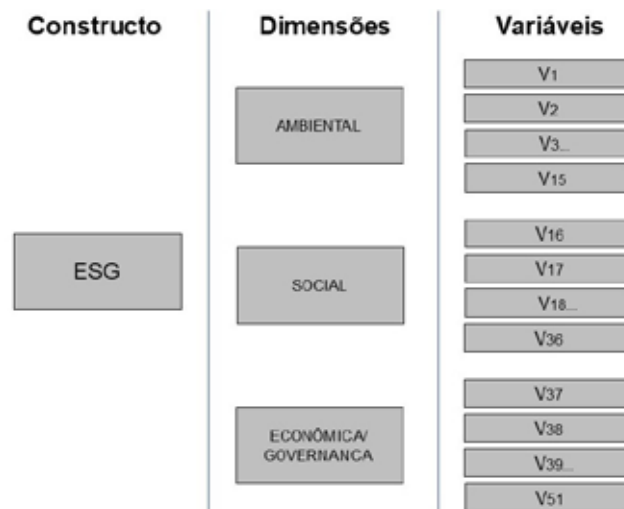
A pesquisa foi aplicada de forma anônima, não sendo necessário se identificar nem identificar a empresa na qual o respondente atuava, uma vez que os dados foram tratados de maneira global. O questionário foi divulgado pelo LinkedIn – rede social empresarial – no perfil dos participantes do presente estudo e encaminhado via WhatsApp e e-mail aos empresários da rede de contato da equipe.

Após a aplicação dos questionários, iniciou-se a Fase IV, relativa à organização e à análise dos dados, a fim de se compreender melhor o contexto das empresas brasileiras – com base nos respondentes – em relação às boas práticas de ESG. Foram feitas análises macro agrupando as informações em conjunto e identificando semelhanças e divergências nas respostas, empregando-se gráficos para melhor entendimento dos resultados. Por fim, com todos os dados organizados, iniciou-se a Fase V, caracterizada pelo tratamento estatístico dos dados coletados.

## RESULTADOS

O modelo de análise utilizado para possibilitar o estudo pode ser observado na **Figura 1**.

No Modelo, o constructo ESG que se busca compreender foi desdobrado nas dimensões/pilares ambiental, social e econômico/governança.



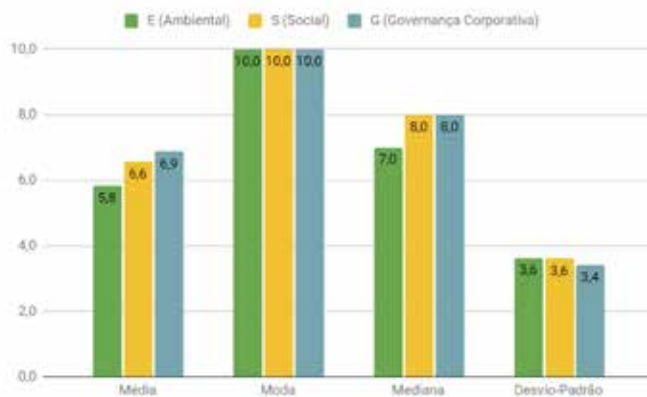
**Figura 1.** Modelo de análise

Fonte: Os próprios autores.

O pilar ambiental, por sua vez, foi desdobrado em 15 variáveis. O pilar social, em 21 variáveis e, finalmente, o pilar governança foi desdobrado em 15 variáveis. Portanto, o constructo ESG foi analisado a partir de 51 variáveis que integravam as 51 assertivas do instrumento de coleta de dados. A presente análise foi desenvolvida com base nas 100 primeiras respostas coletadas com a aplicação do questionário no período compreendido entre 8 de agosto de 2021 e 29 de abril de 2022. As primeiras perguntas do questionário buscaram identificar o perfil das empresas dos respondentes. Foram apresentadas questões sobre o controle da empresa, atividade principal, número de empregados, região da sede, receita operacional bruta, mercados atendidos, engajamento com práticas de Responsabilidade Social Empresarial (ISO 26000, UN Global Compact, AccountAbility's AA1000, Diretrizes OCDE ou similares), se a empresa possui certificação ISO 9001 e, finalmente, se possui certificação ISO 14001. Dentre os executivos que responderam ao questionário, 58,8% pertencem a empresas de capital privado, 61,3% atendem apenas o mercado nacional, 65% atuam no setor de serviços, 52,5% trabalham em empresas com mais de 500 empregados, 50% em empresas com faturamento maior que 300 milhões e 64,4% das empresas dos respondentes têm sede no Centro-Oeste.

Considerando o perfil dos respondentes, a **Figura 2** apresenta o resultado das análises descritivas realizadas para

cada um dos pilares do ESG com base nos graus de conformidade assinalados para cada uma das 51 assertivas propostas no instrumento de coleta de dados.



**Figura 2.** Resumo da Média, Moda, Mediana e Desvio Padrão de cada pilar ESG

Fonte: Os próprios autores.

Analisando a **Figura 2**, pode-se depreender que o grau de conformidade médio com as assertivas relacionadas aos pilares “E”, “S” e “G” foram de respectivamente 5,8, 6,6 e 6,9, ou seja, percebe-se que as empresas da amostra da pesquisa possuem boas práticas ESG, uma vez que as médias dos três pilares ficaram próximas e relativamente acima da “média” também. Além disso, percebe-se uma maturidade um pouco maior em relação às práticas de governança corporativa, tendo em vista que este pilar teve a média mais elevada comparativamente com os pilares ambiental e social. A moda, valor mais frequente, para os três pilares foi 10,0. A mediana, medida de tendência central que corresponde ao valor central de um conjunto de valores ordenados, apresentou para os pilares ESG respectivamente 7,0, 8,0 e 8,0.

Embora a média seja uma estatística comumente utilizada, a mediana também é um descritor amplamente utilizado para expressar um valor “médio” em um conjunto de dados. A mediana é determinada ao se ordenar os dados coletados na pesquisa do maior ao menor, e depois identificar o meio para que haja um número igual de valores maiores e menores do que a mediana, ilustrando a distribuição de frequência. Por último, os dados foram analisados também com a utilização de uma medida de dispersão. Nesse caso, foi utilizado o desvio-padrão da amostra. Apesar de apresentar o menor desvio padrão, é possível observar que a amostra no geral apresentou grande variação, ou seja, os graus de concordância com as assertivas variaram significativamente entre as empresas/executivos pesquisados, e a amostra foi pouco homogênea, variando bastante também da média. Percebe-se uma grande quantidade de graus 0 e 10, evidenciando uma relativa discrepância na amostra. Sendo assim, constata-se que dentro da amostra existem algumas empre-

sas com graus de maturidade de práticas ESG bem superiores às demais, e outras com grau de maturidade de adoção das práticas ESG significativamente baixos.

Comparando essa pesquisa com a análise de ESG realizada por Miralles-Quirós *et al.* (2018), percebe-se uma divergência nos resultados encontrados. No estudo de Miralles-Quirós *et al.* (2018), dos três pilares ESG, o pilar social teve a maior pontuação média no grupo de empresas por eles estudadas, seguido do pilar ambiental e, por fim, o pilar de governança que, ao contrário dos dois anteriores, foi o único com pontuação geral abaixo de 50, indicando que a governança corporativa é uma lacuna importante das empresas brasileiras. Esse resultado foi significativamente diferente do encontrado pela amostra do presente estudo. Essa divergência permite que diversas reflexões sejam feitas. Primeiro, que a adoção de práticas de “Governança Corporativa” e suas variáveis ainda é relativamente recente. Antes de sua consolidação, o termo ESG ainda não tinha sido apresentado como um pilar único de sustentabilidade, como por exemplo o Triple Bottom Line, que já difundia os princípios ambientais e sociais, mas não possuía uma categoria específica para governança, como visto anteriormente na revisão da literatura. Sendo assim, a pesquisa pode ter sido, de certa forma, enviesada pelo fato de os respondentes não possuírem total domínio do conceito, fazendo com que eventualmente superestimassem as práticas e ações dentro da empresa na qual atuam. Ademais, o desvio padrão chama a atenção, o que pode ter sido influenciado, pois tem-se empresas com perfis muito diferentes dentro da amostra. A pesquisa contempla empresas predominantemente de grande porte listadas na bolsa, assim como pequenas empresas com faturamento, atuação e número de funcionários bem menores. No estudo de Miralles-Quirós *et al.* (2018), essa amostra já é um pouco mais segmentada, no sentido de ter contemplado apenas empresas listadas na bolsa. Para a realização da análise do presente estudo não foi feito qualquer tipo de segmentação em relação ao faturamento, setor de atuação ou número de funcionários, por exemplo, por conta do tamanho da amostra.

Além disso, o termo ESG também é recente. Sendo assim, diversas pequenas empresas podem ter tido contato mais aprofundado com o termo pela primeira vez respondendo a pesquisa aplicada, apresentando dificuldade de avaliar a maturidade das práticas contidas nas assertivas. Isso também pode ter contribuído para uma divergência nas respostas e para uma possível maior ou menor concordância com a assertiva por falta de domínio das variáveis e do seu significado. Em relação aos resultados da pesquisa, é a questão do momento em que a pesquisa foi aplicada. Considerando que a pandemia da covid-19 trouxe uma maior preocupação geral com as pessoas e a sociedade, o pilar “social” pode ter ficado supervalorizado, sendo consequência de uma percepção geral de maior foco das empresas, quando na verdade,

as práticas e ações ali implementadas foram muito mais momentâneas do que de fato algo internamente disseminado.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo avaliar o grau de maturidade das empresas brasileiras com base em 51 variáveis que integram os pilares do ESG. A partir da revisão teórica realizada, percebe-se que as empresas estão mais conscientes da contribuição das suas ações para o desenvolvimento sustentável, gerindo as suas operações de modo a consolidar o crescimento econômico e aumentar a competitividade, ao mesmo tempo que garantem a defesa do meio ambiente e promovem o comportamento ético e socialmente responsável. Essa consciência não está limitada às empresas, mas abrange também a sociedade e os investidores, elevando a necessidade dos empresários de adotar práticas ESG e divulgá-las ao público. E, apesar de ser uma necessidade e um tema antigos, apenas recentemente ganharam maior repercussão, principalmente pela popularidade do termo ESG. Entretanto, ainda existem poucos estudos trazendo análises do cenário das empresas brasileiras em relação às práticas ESG.

Pelo presente estudo foi possível observar que empresas brasileiras participantes, no geral, apresentam mais práticas em relação ao pilar governança, seguido pelo pilar social e, por último, pelo pilar ambiental. Apesar disso, as médias das respostas de cada pilar ficaram bem parecidas, com o grau de conformidade média das assertivas sendo 6,9, 6,6 e 5,8, respectivamente. Viu-se uma grande variação nas respostas, uma concentração maior de notas 10 e 0 em todas elas, mas com medianas acima de 7 no caso do pilar ambiental e 8 no caso dos pilares sociais e governança. Dessa forma, conclui-se que o objetivo geral – avaliar o grau de aderência das empresas brasileiras em relação às práticas de sustentabilidade no que diz a respeito dos três principais pilares do ESG: ambiental, social e governança, a partir da percepção de profissionais que atuam nessas empresas – foi plenamente concluído, uma vez que foi possível analisar o grau de conformidade com cada uma das assertivas relacionadas aos pilares ESG com base na pesquisa aplicada.

Em termos de contribuição, o presente estudo buscou ampliar o perfil das empresas estudadas, não se limitando apenas às empresas listadas na bolsa de valores – visando contribuir para os estudos acadêmicos relacionados ao entendimento da maturidade das empresas brasileiras em relação às práticas ESG. Apesar dessa contribuição, este estudo apresenta limitações que podem dar origem a futuras pesquisas. Examinou-se apenas a quantidade de dados provenientes da amostra do questionário aplicado – que foi extremamente pequena comparada à quantidade de empresas no Brasil. Dessa forma, as análises e interpretações

ficaram limitadas à amostra, podendo poucas conclusões ou generalizações serem feitas. Ademais, o fato de a pesquisa ter sido aplicada em diferentes níveis hierárquicos dentro das empresas, é possível que a amostra contemple percepções diferentes em função da experiência e capacidade dos respondentes de compreenderem a gestão e as práticas das empresas. Da mesma forma, é possível que especialistas de ESG tenham respondido à pesquisa. Essas diferentes vivências e visões com certeza também contribuíram para uma divergência nas percepções e nos graus atribuídos às variáveis estudadas. Além disso, como não foi possível verificar se de fato a percepção dos respondentes condiz com as práticas das empresas em que trabalham, as conclusões e as análises presentes nesse estudo ficam limitadas a tais percepções. E dado que ESG é um termo bastante recente, não se sabe o nível de entendimento de cada respondente em relação às ideias por trás de cada pilar. Isso pode ter contribuído para certas divergências em relação às notas dadas às assertivas.

À medida que as empresas se familiarizam melhor com as práticas ESG, incluem essas pautas em suas agendas, promovem ações de impacto positivo e divulgam melhor essas informações ao público externo, os pesquisadores devem se concentrar em tornar os dados de divulgação ESG comparáveis entre empresas e países. Além disso, estudos como esse ajudam a avaliar o comprometimento das empresas com várias ações de impacto da Agenda 2030.

## REFERÊNCIAS

- Baldini, M., Dal Maso, L., Liberatore, G., Mazzi, F. & Terzani, S. (2018), Role of country-and firm-level determinants in environmental, social, and governance disclosure, *Journal of Business Ethics*, Vol. 150, No. 1, pp. 79-98.
- Baroni, M. (1992), “Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável”, *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 32, No. 2, pp. 14-24.
- Berthelot, S., Cormier, D. & Magnan, M. (2003), “Environmental, disclosure research: review and synthesis”, *Journal of Accounting Literature*, Vol. 22, pp. 1-44.
- Billio, M., Costola, M., Hristova, I., Latino, C. & Pelizzon, L. et al. (2021), “Inside the ESG Ratings: (Dis) agreement and performance”, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 28, No. 5, pp. 1426-1445.
- Brüseke, F.J. (1998), *O problema do desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*, Cortez, São Paulo.
- Costa, E. & Ferezin, N.B. (2021), “ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas”, *Revista Alterjor*, Vol. 24, No. 2, pp. 79-95.



- Cucari, N., Falco, S.E. de & Orlando, B. (2018), "Diversity of board of directors and environmental social governance: Evidence from Italian listed companies", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 25, No. 3, pp. 250-266.
- Eberle, D., Berens, G. & Li, T. (2013), "The impact of interactive corporate social responsibility communication on corporate reputation", *Journal of Business Ethics*, Vol. 118, No. 4, pp. 731-746, 2013.
- Elkington, J. (1998), "Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business", *Environmental quality management*, Vol. 8, No. 1, pp. 37-51.
- Elzahar, H., Hussainey, K., Mazzi, F. & Tsalavoutas, I. (2015), "Economic consequences of key performance indicators' disclosure quality", *International Review of Financial Analysis*, Vol. 39, pp. 96-112, 2015.
- Fatemi, A., Glaum, M. & Kaiser, S. (2018), "ESG performance and firm value: The moderating role of disclosure", *Global Finance Journal*, Vol. 38, pp. 45-64.
- Friedman, M. (1970), "A theoretical framework for monetary analysis", *Journal of Political Economy*, Vol. 78, No. 2, pp. 193-238.
- Garcia, A.S. & Orsato, R.J. (2020), "Testing the institutional difference hypothesis: A study about environmental, social, governance, and financial performance", *Business Strategy and the Environment*, Vol. 29, No. 8, pp. 3261-327.
- Geissdoerfer, M., Savaget, P., Bocken, N.M.P. & Hultink, E.J. (2017), "The Circular Economy—A new sustainability paradigm?", *Journal of cleaner production*, Vol. 143, pp. 757-768.
- Gil, A.C. (2008), *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6. ed., Atlas SA, São Paulo.
- Gray, R. & Milne, M. (2002), "Sustainability reporting: who's kidding whom?", *Chartered Accountants Journal of New Zealand*, Vol. 81, No. 6, pp. 66-70.
- Gupta, S. & Goldar, B. (2005), "Do stock markets penalize environment-unfriendly behaviour? Evidence from India", *Ecological economics*, Vol. 52, No. 1, pp. 81-95.
- Harding, R. (2006), "Ecologically sustainable development: origins, implementation and challenges", *Desalination*, Vol. 187, No. 1-3, pp. 229-239.
- Hart, S.L. (2006), *O capitalismo na encruzilhada: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo*, Bookman, Porto Alegre.
- Joannou, I. & Serafeim, G. (2012), "What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions", *Journal of International Business Studies*, Vol. 43, No. 9, pp. 834-864.
- Kneipp, J.M., Gomes, M.C., Bichueti, R.S. & Maccari, E.A. (2012), "Gestão para a sustentabilidade em empresas do setor mineral", *Revista de Ciências da Administração*, Vol. 14, No. 33, pp. 52-67.
- Labuschagne, C., Brent, A.C. & Van Erck, R.P.G. (2005), "Assessing the sustainability performances of industries", *Journal of cleaner production*, Vol. 13, No. 4, pp. 373-385.
- Li, F. & Polychronopoulos, A. (2020), *What a difference an ESG ratings provider makes*, Research Affiliates, disponível em: <https://www.researchaffiliates.com/documents/770-what-a-difference-an-esg-ratings-provider-makes.pdf>.
- Martins, G.D.A. & Theóphilo, C.R. (2009), *Metodologia da investigação científica*, Altas, São Paulo, pp. 143-164.
- Miralles-Quirós, M.M., Miralles-Quirós, J.L. & Gonçalves, L.M.V. (2018), "The value relevance of environmental, social, and governance performance: The Brazilian case", *Sustainability*, Vol. 10, No. 3, pp. 574.
- Moneva, J.M. & Cuellar, B. (2009), "The value relevance of financial and non-financial environmental reporting", *Environmental and Resource Economics*, Vol. 44, No. 3, pp. 441-456.
- Money, K. & Schepers, H. (2007), "Are CSR and corporate governance converging? A view from boardroom directors and company secretaries in FTSE100 companies in the UK", *Journal of General Management*, Vol. 33, No. 2, pp. 1-11.
- Mota, G. & Dinis, M.A.P. (2005), "Responsabilidade social das empresas: novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável", *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia*, Vol. 2, pp. 248-259.
- Orsiolli, T.A.E & Nobre, F.S. (2016), "Empreendedorismo sustentável e stakeholders fornecedores: criação de valores para o desenvolvimento sustentável", *Revista de Administração Contemporânea*, Vol. 20, No. 4, pp. 502-523, 2016.
- Pacto Global (Rede Brasil) & Stilingue (2021), A evolução do ESG no Brasil, Stilingue, [S. l.], disponível em: <https://conteudos.stilingue.com.br/estudo-a-evolucao-do-esg-no-brasil> (acesso em: 16 set. 2021).
- Reverte, C. (2009), "Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms", *Journal of business ethics*, Vol. 88, No. 2, pp. 351-366.
- Rocha, A.C. da, Gomes, C.M., Kneipp, J.M. & Camargo, C.R. (2015), "Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimentos e Desempenho Inovador: um estudo multicaso no setor mineral brasileiro", *RAI Revista de Administração e Inovação*, Vol. 12, No. 2, pp. 293-316.
- Solomon, J.F. & Solomon, A. (2006), "Private social, ethical and environmental disclosure", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, No. 4.
- Tamimi, N. & Sebastianelli, R. (2017), "Transparency among S&P 500 companies: An analysis of ESG disclosure scores", *Management Decision*, Vol. 55, No. 8.

Vigneau, L., Humphreys, M. & Moon, J. (2015), "How do firms comply with international sustainability standards? Processes and consequences of adopting the global reporting initiative", *Journal of business ethics*, Vol. 131, No. 2, pp. 469-486.

Yoon, B., Lee, J.H. & Byun, R. (2018), "Does ESG performance enhance firm value? Evidence from Korea", *Sustainability*, Vol. 10, No. 10, pp. 3635.

Zhao, C., Goa, Y., Yuan, J., Wu, M., Li, D. & Kang, J. (2018), "ESG and corporate financial performance: Empirical evidence from China's listed power generation companies", *Sustainability*, Vol. 10, No. 8, p. 2607.

**Recebido:** 15 out. 2022

**Aprovado:** 20 nov. 2023

**DOI:** 10.20985/1980-5160.2023.v18n3.1826

**Como citar:** Neder, J.F., Affonso Neto, A., Montalván, R.A.V., Gomes, P.C.R. (2023). Estudo dos pilares de ESG - environmental, social and governance – no contexto das empresas brasileiras. *Revista S&G* 18, 3. <https://revistasg.emnuvens.com.br/sg/article/view/1826>